

# O CONCEITO DE *AUFKLÄRUNG* EM KANT E SUA CRÍTICA EM ADORNO & HORKHEIMER

Diego dos Anjos Azizi<sup>70</sup>

44

**Resumo:** Este artigo tem como escopo explicitar o conceito de esclarecimento (*Aufklärung*) presente na obra *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. Para tanto, precisaremos explicitar o sentido mais difundido de esclarecimento, a saber, aquele já tradicionalmente consolidado na obra de Immanuel Kant, em um opúsculo intitulado *O que é o Esclarecimento?* Sem tais explicitações conceituais, o texto dos filósofos frankfurtianos pode ser levado a más interpretações, texto esse dos mais importantes para a análise política e cultural do século XX. Em um último momento será explicitada a crítica de Adorno e Horkheimer à possibilidade de uma moral formalista fundada dentro da lógica do esclarecimento kantiano.

**Palavras-chave:** Kant, Esclarecimento, Adorno & Horkheimer, Dialética

## A DEFINIÇÃO DE ESCLARECIMENTO EM KANT

Em 1784, o filósofo Immanuel Kant publicou um opúsculo em um jornal alemão (*Berlinischen Monatschrift*) intitulado *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*<sup>71</sup>. Este artigo consistia em situar a época conhecida por nós como Iluminismo ou Ilustração, (ou até mesmo “época do Esclarecimento”, *Aufklärung*) no curso do progresso da história humana, e diagnosticar se esse período histórico realmente é, como dizem na época, esclarecido.

Este opúsculo passou para a posteridade como uma das melhores descrições do período do Esclarecimento (e também a mais conhecida), primeiramente por ser a descrição de uma época à qual Kant fazia parte, em que a “atmosfera esclarecida” estava presente na vida intelectual do século XVIII, e em segundo lugar, porque Kant possuía uma visão extremamente positiva e otimista dessa época, não apenas como um período de extrema relevância na história humana, mas também como um ato, um movimento da própria humanidade rumo à sua finalidade essencial.

---

70 Bacharel e Mestre em Filosofia pela PUC-SP. Especialista em Ciência Política pela FESP-SP. Doutorando em Filosofia pela UFPR. Professor de Filosofia nos cursos de pós-graduação da UNIFAI. Professor e diretor do Instituto Welt\_Abaeté. diegoazizi1@gmail.com

71 Utilizarei a seguinte tradução para o português: KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? In *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Ed.70: Lisboa, 1988.

Os comentadores de Kant situam esse texto ao lado de outros escritos, que apesar de dispersos, formam a pedra de toque da filosofia política kantiana<sup>72</sup>. Esses textos são chamados de histórico-políticos, ou, os textos da filosofia da história, nos quais o pensamento kantiano sobre o sentido e a finalidade da humanidade e de sua história estão desenvolvidos. Esses textos foram escritos entre os anos de 1780 e 1790, formando assim uma unidade conceitual em relação ao homem e sua história e seu *telos*, sua finalidade enquanto sujeito histórico.

É a Kant, e não a Hegel, que remonta a oposição entre *Histoire*, disciplina do entendimento, e a *Weltgeschichte*, discurso sobre o sentido necessário da história. É Kant, antes de Hegel, quem exclama: como é que a razão, presente na cena da natureza, poderia estar ausente da gesta da humanidade? Que o gênero humano esteja “progredindo para o que é melhor do ponto de vista do fim moral do seu ser” constitui uma hipótese muito razoável: “não necessito prová-lo; isso incumbe ao adversário”. (LEBRUN, 2006, p. 199)

Kant começa o texto com a seguinte afirmação: “O iluminismo<sup>73</sup> é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”. (KANT, 1988, p. 11)

Essa passagem já demonstra o caráter ativo do esclarecimento kantiano, que é, antes de tudo, uma atitude em relação à submissão às tutelas. Continuando essa afirmação, Kant encontra culpados para essa menoridade do homem: “Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem”. (KANT, 1988, p. 11)

Kant identifica a preguiça e a covardia, como causas dessa menoridade, dessa submissão às tutelas. Há uma facilidade em continuarmos menores, pois não precisamos fazer esforço algum para adquirirmos algum conhecimento relevante, outros podem conhecer e nos guiar.

É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que tem em minha vez consciência moral, um médico que decide da dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. (KANT, 1988, p. 11-12)

A preguiça e a covardia que as pessoas têm de se libertarem dos grilhões da tutela de outrem, para atingirem a maioridade intelectual, são os maiores empecilhos para a ascensão rumo ao esclarecimento. Essa menoridade, nos diz Kant, tornou-se, através desse hábito conveniente, quase uma natureza humana. Porém, para que o (auto) esclarecimento de um público aconteça, de fato, é necessária apenas uma coisa: liberdade. “[...] com a liberdade o público pode esclarecer a si mesmo difundindo as luzes” (TERRA, 1995, p. 174)

<sup>72</sup> Conferir o livro de Ricardo Terra, *A política tensa. Ideia e realidade na filosofia da história de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995. Conferir, principalmente, a terceira parte do livro.

<sup>73</sup> Ou seja, *Aufklärung*, em uma melhor tradução: esclarecimento.

## A LIBERDADE E OS USOS DA RAZÃO

Kant encontra na liberdade a força motriz do esclarecimento e, por conseguinte, da tomada de decisão dos seres humanos em se libertarem da tutela de outrem. Contudo, liberdade (poderíamos perguntar) em relação à que? Liberdade de que? Kant nos responde: “a de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos.” (KANT, 1988, p. 13) Portanto, o esclarecimento só pode vir a cabo se for dada a liberdade aos homens de fazerem o **uso público** da própria razão.

46

O **uso público** da razão é entendido por Kant da seguinte maneira: “por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado”. (KANT, 1988, p. 13) Isto quer dizer que, enquanto conhecedor (erudito) do assunto que se queira discutir, é extremamente legítimo dar qualquer opinião pública, desde que essa seja uma opinião bem fundamentada racionalmente, e que quem a receba, também possua um conhecimento do objeto em discussão. Kant ressalta que esse uso público da razão, não é (como alguém pode ingenuamente inferir), um tipo de discurso em praça pública. Esse uso público da razão, só o é efetivamente por meio de escritos direcionados a um público (“*público letrado*”) que o entenda (um livro, ou um artigo no jornal, por exemplo). Porém, existe também (e é necessário existir) um **uso privado** da razão, ao qual Kant chamará a atenção, pois este uso pode, “porém, muitas vezes coactar-se fortemente sem que, no entanto, se impeça por isso notavelmente o progresso da ilustração (*Aufklärung*).” (KANT, 1988, p. 13)

O **uso privado** da razão é o uso da razão restrito a um certo cargo público ou incumbência de alguma função ou atividade específica. Kant aponta a significativa importância desse uso privado da razão, pois em assuntos onde o interesse da comunidade está em jogo,

[...] é necessário um certo mecanismo em virtude do qual alguns membros da comunidade se devem comportar de um modo puramente passivo a fim de, mediante uma unanimidade artificial, serem orientados pelo governo para fins públicos ou que, pelo menos, sejam impedidos de destruir tais fins. Neste caso, não é, sem dúvida, permitido raciocinar, mas tem de se obedecer. (KANT, 1988, p. 13-14)

Um exemplo desse uso privado da razão seria o de um professor exercendo um cargo em uma universidade qualquer. Este, enquanto exerce a função de professor dentro dessa universidade, segundo Kant, não pode atacar a instituição em que ensina (se discorda de como ela é administrada, por exemplo), no momento em que está lecionando para seus alunos. Porém, como conhecedor (erudito) de assuntos relacionados à universidade e do conceito de universidade enquanto tal, e possuindo uma ideia de organização melhor, pode fazer o uso público de sua razão, através da escrita, perante um “*público em entendimento genuíno*”. O professor enquanto tal deve passar os conteúdos a ele confiado pela instituição, ou seja, fazer o uso privado de sua razão, contudo, fora do contexto em que exerce seu papel de professor, está, antes de tudo, no papel de cidadão e, não obstante, pode fazer o uso público de sua razão, desde que seja conhecedor do assunto tratado.

O próprio Kant nos dá alguns exemplos do uso privado da razão:

O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos; e uma censura impertinente de tais obrigações, se por ele devem ser cumpridas, pode mesmo punir-se como um escândalo (que poderia causar uma insubordinação geral). Mas apesar disso, não age contra o dever de um cidadão se, como erudito, ele expõe as suas idéias contra a inconveniência ou também a injustiça de tais prescrições. (KANT, 1988, p. 14)

Kant é otimista em relação ao progresso da história humana, e acredita que tendemos, enquanto espécie, sempre ao melhor fim (o esclarecimento). Essa concepção teleológica de Kant é explicitamente encontrada em seu texto, quando diz que

47

[...] uma época não pode coligar-se e conjurar para colocar a seguinte num estado em que se deve tornar impossível a ampliação dos seus conhecimentos (sobretudo os mais urgentes), a purificação dos erros e, em geral, o avanço progressivo na ilustração (*Aufklärung*). Isto seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço. (KANT, 1988, p. 15-16)

Portanto, impedir que a humanidade se esclareça, segundo Kant, seria um crime contra a própria natureza humana, e talvez até seja impossível, dado o fato de que há uma determinação natural que nos impele rumo ao progresso da espécie. Poderia haver apenas uma postergação no progresso rumo ao esclarecimento humano, nunca uma determinação absoluta no impedimento à ascensão rumo à razão esclarecida.

O período em que Kant vive, portanto, é uma época esclarecida? Essa pergunta o próprio Kant se faz, e logo em seguida responde: Não. Contudo, vive na época do esclarecimento, ressalta. Kant enxerga apenas indícios em sua época, que a situam no caminho rumo a esse *telos*. A liberdade de expressão é um desses indícios que sinalizam o seu período histórico no caminho que conduz à finalidade original humana.

A liberdade de expressão, apesar de ser permitida e limitada pelo governante, mesmo assim desempenha um papel fundamental na medida em que a partir daí o soberano pode ter conhecimento das injustiças e corrigir. [...] O militar, o religioso, o funcionário devem obedecer em suas funções, mas enquanto sábios podem se dirigir ao público, o mundo dos leitores, e elaborar teorias sobre estratégia, teologia ou finanças e administração. Dessa forma expande-se o conhecimento, e o próprio soberano pode buscar elementos para aumentar sua compreensão das coisas públicas e poder dirigir com clareza o processo das reformas, que constituem uma obrigação jurídica e são provocadas pelo antagonismo das disposições naturais do homem. (TERRA, 1995, p. 174)

Vimos então que o conceito de esclarecimento kantiano é o projeto ativo, de decisão, da saída do homem de sua menoridade preguiçosa e covarde (à qual se acostumou), e de se livrar da ignorância e da tutela de outrem, servindo-se de sua própria razão e entendimento para esclarecer-se. Esse esclarecimento, contudo, ocorre tanto na esfera particular (cada sujeito) quanto na pública (uma

comunidade), sendo esta última mais digna e mais benéfica de se alcançar, tendo em vista a busca rumo ao *telos* da humanidade, a saber, o seu progresso.

A liberdade é fundamental para que o esclarecimento aconteça e é, na filosofia kantiana, o principal elemento para que um público se esclareça. A saber, é através da liberdade de se fazer um uso público da própria razão, que um público poder vir a se esclarecer efetivamente.

Em suma, para Kant, a história humana é a história do aparecimento da liberdade, que impulsiona o progresso e nos conduz em direção à nossa finalidade essencial.

Temos, com essa explicação do conceito de esclarecimento em Kant, base para compreendermos melhor o conceito de esclarecimento, na obra de Adorno e Horkheimer, que iremos abordar na parte seguinte, e a crítica que esses autores fazem ao conceito kantiano de esclarecimento.

## A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

Em 1944, Adorno e Horkheimer redigiram a primeira versão da obra intitulada *Dialektik der Aufklärung*,<sup>74</sup> cujo título ainda era *Philosophische Fragmente*. A obra, inicialmente, tinha o intuito de ser um projeto sobre a dialética. Essa primeira versão de 1944, portanto ainda durante a Segunda Guerra Mundial, circulou apenas entre os colegas do Instituto de Pesquisa Social de forma mimeografada. Porém, “tendo em vista o recrudescimento da II Guerra Mundial, com a perseguição aos judeus transformando-se em extermínio, e outras razões de ordem mais prática, o plano inicial de escrever uma obra sobre a dialética foi modificado”. (DUARTE, 2004, p. 25-26)

Durante o período em que essa obra estava sendo escrita, os capítulos concernentes à indústria cultural e ao antissemitismo, que por sinal, não constavam no projeto inicial, foram incorporados, e em 1947, a obra foi publicada definitivamente, com o título tal como conhecemos hoje, a saber, *Dialética do Esclarecimento*. Esse título definitivo teria sido uma sugestão de Adorno, em uma carta a Horkheimer, utilizando essa expressão como sinônimo da interpenetração entre cultura e barbárie, que caracterizaria nossa sociedade ocidental contemporânea. Os autores tinham o intuito de compreender porque a humanidade, em vez de atingir um estado puramente humano, vem se afundando em uma nova espécie de barbárie.

A obra foi dividida pelos autores, em três capítulos: o primeiro “O conceito de Esclarecimento”, o segundo, “Indústria cultural. Esclarecimento como mistificação das massas” e o terceiro, “Os elementos do anti-semitismo: Limites do esclarecimento”. Há ainda dois excursos (“Ulisses ou Mito e Esclarecimento” e “Juliette ou Esclarecimento e Moral”) e as notas e esboços (contendo, em sua maioria, apenas exemplificações das teses desenvolvidas nos capítulos principais).

74 Utilizaremos a tradução brasileira da *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Tratarei apenas do capítulo I com o intuito de explicitar o que, para Adorno e Horkheimer, é o esclarecimento.

## DEFINIÇÃO DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

49

Muito diferente daquela concepção de esclarecimento que Kant tinha em mente, Adorno e Horkheimer começam por definir o esclarecimento, fazendo uma referência ao conceito weberiano de “desencantamento do mundo”: “o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 17) Porém, como veremos no desenvolvimento do texto, apesar de o esclarecimento pretender promover a destruição do pensamento mítico, o que ocorre, no entanto, é a sua recaída neste.

Para os autores poderem falar de um “desencantamento do mundo” é, pois, necessário, conceber que antes do programa básico do esclarecimento, o mundo era “encantado”. A magia tomava conta do universo dos humanos e da natureza enquanto tal. No trajeto da filosofia (e da ciência) moderna, Francis Bacon representa, para Adorno e Horkheimer, o ponto de partida para o que seria o fundamento de nossa concepção (moderna) de ciência e de racionalidade, em última instância, de esclarecimento. O desencantamento do mundo é a finalidade buscada por Bacon, já que “o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada”. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 18) Segundo Rodrigo Duarte, “na verdade, Bacon representa uma espécie de proto – positivismo, na medida em que pretende extirpar do conhecimento aqueles elementos antropológicos que comprometem sua precisão e objetividade”. (DUARTE, 2003, p.42)

Para Bacon, o que a ciência busca é a dominação (técnica) da natureza, cuja finalidade é prover e auxiliar as condições de vida dos humanos através do procedimento eficaz, do labor técnico possibilitado pelo conhecimento científico. O saber é o poder de dominar as potências naturais, e transformá-las naquilo que melhor pode auxiliar a vida humana. As consequências desse domínio conhecemos muito bem. O esclarecimento, portanto, deve livrar-se de qualquer lastro metafísico e buscar a objetividade técnica. O deleite que pode ser encontrado na busca pela verdade é repudiado. Não deve haver prazer na investigação científica (e filosófica), quando esta diz respeito apenas ao procedimento eficaz de domínio da natureza. “Não deve haver nenhum mistério, mas tampouco o desejo de sua revelação.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 18) Porém,

[...] as origens mais remotas das prescrições baconianas encontram-se nos primórdios da racionalidade científica e filosófica, quando, ainda no período pré-socrático, despersonalizaram-se as forças da natureza para se eleger como princípios a água, a terra, o fogo e o ar, embora, para Adorno e Horkheimer tais princípios sejam **'exatamente apenas resíduos da intuição mítica'**. (DUARTE, 2003, p. 42)

Nos primórdios da humanidade, os humanos se encontravam em desvantagem perante os fenômenos naturais, e também em relação aos outros animais. A natureza provocava medo, ela impunha sua força e sua imponência aos humanos e estes se sentiam frágeis e impotentes perante a avassaladora potência natural. Adorno e Horkheimer encontram então, nesse medo ancestral do homem pela natureza, o elemento fundamental para que o programa do esclarecimento tivesse seu ponto de partida: o surgimento dos mitos.

Nas palavras dos autores, “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 15) A racionalização (que caracteriza a sociedade ocidental) que o esclarecimento gerou durante seu desenvolvimento teve início nos primórdios da humanidade, com o surgimento das primeiras mitologias. Segundo os autores, o medo das potências naturais impulsionou a criação de uma “natureza” cheia de divindades, de um mundo mágico, onde tudo era sagrado, desde os fenômenos naturais mais básicos até o advento misterioso e fantástico da morte.

Porém, os mitos teriam sido criados seguindo o mesmo propósito que a filosofia baconiana já seguia, a saber, a dominação da natureza. “Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 20) através da ciência. As magias, os sacrifícios, os deuses, eram modos primitivos de conhecimento e intervenção na natureza, visto que um ritual pretendia, por exemplo, acabar com uma seca duradoura que impedia uma colheita fértil. Essa aurora dos mitos tinha como tarefa a auto conservação humana. A falta de uma “tecnologia científica” por parte dos humanos nessas épocas imemoriais era compensada pelo ritual mágico e seus supostos efeitos. Contudo, “aquilo que o conhecimento científico passou a possibilitar em termos concretos já residia no mito sob a forma de um desejo de domar as forças da natureza.” (DUARTE, 2004, p. 29)

O esclarecimento desenvolveu-se, segundo os autores, de forma unilateral. A racionalidade desenvolveu-se restritamente, seguindo apenas esse projeto de constante desmistificação da natureza - da destruição do animismo - visando apenas sua conquista. O medo só existe, pois os humanos desconhecem totalmente o mundo natural, tudo é estranho, nada é conhecido, tudo é possível acontecer e tudo escapa às mãos humanas. A humanidade estava sujeita às vontades da mãe natureza e precisava se conservar.

Mas, a partir da criação mítica, “do medo o homem presume estar livre quando não há mais nada de desconhecido” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 26). O mito possibilitava aos humanos organizarem e compreenderem a natureza, atribuindo os flagelos humanos causados pelas potências naturais às vontades divinas. Doravante, tudo poderia ser explicado, pois o mito “queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 20) A natureza já não era mais desconhecida, passou a ser “mitologicamente” (o que para os autores não se difere muito do racionalmente) ordenada e, de certa forma, dominada. Para o esclarecimento racionalizado (aquele que seria pretensamente desmitologizado), os mitos são a introdução do subjetivo na natureza, o

antropomorfismo. Na filosofia pré-socrática, por exemplo, de Xenófanés, já encontramos o repúdio por esse tipo de representação antropomórfica do divino, remetendo-se claramente aos deuses de Homero e Hesíodo, que representam as divindades, também, com tudo aquilo que é contingente e mal no mundo dos homens. Xenófanés (1973, p. 70) ainda zomba dos mitos da religião popular, quando diz que

[...] os mortais acreditam que os deuses são gerados, que como eles se vestem e têm voz e corpo. Mas se mãos tivessem os bois, os cavalos e os leões e pudessem com as mãos desenhar e criar obras como os homens, os cavalos semelhantes aos cavalos, os bois semelhantes aos bois, desenhariam as formas dos deuses e os corpos fariam tais quais eles próprios têm.

Xenófanés revoluciona ainda mais o pensamento grego quando insere sua teologia natural no âmbito do monoteísmo e retira todo o conteúdo da representação divina tradicional. “Um único deus, entre os deuses e homens o maior, em nada no corpo semelhante aos mortais, nem no pensamento.” (1973, p. 71) O sobrenatural seria consequência do medo que os humanos têm do natural. As “imagens especulares”, as figuras míticas, para o esclarecimento, se reduzem ao sujeito (que os cria), assim como o próprio esclarecimento.

Adorno e Horkheimer, como dito acima, identificam o mito como já sendo esclarecimento, porém, esse esclarecimento se desenvolve. Os deuses, posteriormente, foram “racionalizados”, e passaram a não mais serem os senhores que causavam os fenômenos naturais, mas a significá-los.

O surgimento de uma “subjetividade” passa a ser, nos primórdios da humanidade, possível com o reconhecimento das relações de poder. O poder é o princípio de todas as relações, como dizem nossos autores. Na separação entre um céu repleto de deuses e o mundo terrestre habitado por humanos, os segundos devem se submeter aos primeiros, sem restrições. Porém,

[...] em face da unidade de tal razão, a separação de Deus e do homem reduz-se àquela irrelevância que, inabalável, a razão assinalava desde a mais antiga crítica de Homero. Enquanto soberanos da natureza, o deus criador e o espírito ordenador se igualam. A imagem e semelhança divinas do homem consistem na soberania sobre a existência, no olhar do senhor, no comando. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 21)

Se os deuses eram senhores do mundo divino, os humanos eram senhores do mundo terreno. Isso possibilitava não só o domínio dos humanos sobre a natureza, mas também sobre outros humanos. O senhor no comando - nos tempos imemoriais o xamã da tribo - e nos tempos modernos o burguês que detém a propriedade dos meios de produção e a técnica, só se distinguem dos outros humanos (que são subordinados a eles), pois o esclarecimento está a serviço deles. O domínio do conhecimento mágico está em posse do xamã, e o domínio da técnica e do conhecimento científico está nas mãos do burguês. Ambos utilizam o poder do esclarecimento para, tanto dominar a natureza, quanto aos outros humanos.

Com os pré-socráticos, os conceitos começavam a surgir e a racionalização teve início. Não mais Zeus e os outros deuses, por exemplo, (embora estivessem presentes nas filosofias pré-socráticas) eram utilizados para explicar a ordem do mundo. Princípios (*archés*), estruturas, “leis” passaram a cumprir essa

função. Um exemplo dessa transição pode ser claramente visto nas passagens que se seguem, respectivamente, de Hesíodo e de Heráclito: “*Zeus altissonante que altísimos palácios habita/Ouve, vê, compreende e com justiça endireita sentenças.*” (HESÍODO, 1996, p. 23). “*De todas (as coisas) o raio fulgurante dirige o curso*” (HERÁCLITO, 1973, p. 91).

A racionalização da natureza continuava a seguir seu curso durante a história da humanidade, porém, comparando as duas passagens citadas acima, não há muita diferença entre a poesia mítica de Hesíodo e o aforismo filosófico de Heráclito. Os resquícios do mito continuam presentes, e continuarão existindo até a ciência de nossos tempos, segundo Adorno e Horkheimer. “Doravante, a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanes, sem a ilusão de qualidades ocultas.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 19) Com Platão, a vontade da completa racionalização é evidente. “O equacionamento mitologizante das Idéias com os números nos últimos escritos de Platão exprime o anseio de toda desmitologização: o número tornou-se o cânon do esclarecimento.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 20)

O número, a probabilidade, a calculabilidade, a equivalência são marcas registradas da moderna sociedade burguesa e os autores da *Dialética do Esclarecimento* já encontraram esse signo em Platão. O número substitui os deuses. Isso sem falar em Pitágoras de Samos. Lembramos, também, o projeto de matematização da natureza, que Galileu tinha em mente no Renascimento italiano do século XVI: nele a natureza é um grande livro escrito em forma matemática e que, para compreendê-la, é necessário conhecer essa linguagem, aprender a lê-la. O esclarecimento se desenvolveu dessa maneira no ocidente moderno. “A sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão: o positivismo moderno remete-o para a literatura.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 20)

O mito, que já é esclarecimento, em seu processo secularizado de abstração radical que transforma a natureza em mero objeto, conseqüentemente reifica o próprio ser humano. O sujeito que torna a natureza abstrata acaba se tornando tão abstrato quanto seu objeto de abstração. Quanto mais aumenta o poder humano, graças ao seu saber, mais aumenta a alienação em relação ao objeto que acreditam dominar. Em última instância, os humanos acabam não conhecendo realmente a natureza nem a si mesmos.

O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que o seu em-si torna para-ele. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se sempre a mesma, como substrato da dominação. Essa identidade constitui a unidade da natureza. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 21)

Essa identidade que é adquirida com a concepção de que a natureza é regida pelos mesmos princípios racionais que regem o homem, e portanto, passível de ser conhecida, era uma concepção, por

exemplo, já encontrada na filosofia de Descartes. Entretanto, como dito na citação acima, o esclarecimento não se esforçou em compreender realmente o mundo natural, e sim encaixou a natureza dentro de suas categorias racionais. O esclarecimento reproduz a lei natural do mais forte, e apenas se esforça por dominá-la. Transformar a essência das coisas em substrato da dominação é, em última instância, uma invenção, uma fantasia.

O esclarecimento está a serviço do fascismo e da democracia, do ditador e do liberal, do cientista e do empresário. Não há restrições em relação ao seu poder. A forma da racionalidade aplicada, tanto na ciência quanto na política, obedece às mesmas regras, isso porque a racionalidade instrumental a tudo penetra, e instrumentaliza tanto as relações do humano com a natureza, quanto as relações sociais dos humanos entre si. A reificação de tudo, conferida pelo desenvolvimento unilateral do esclarecimento permite a dominação tanto dos humanos pelos humanos, quanto da natureza pelos humanos. A suposta identidade encontrada na unidade da natureza, entre sujeito e objeto é, em última instância, ilusória. Quanto mais o feiticeiro pretende dominar a natureza, através de sua magia, menos ele a conhece, assim como o burguês que, quanto mais exerce seu labor técnico para a submissão da natureza desencantada, mais se distancia dela. Assim, o esclarecimento unilateral leva os homens à alienação do objeto que pretendem dominar e conhecer.

Porém:

*A profundidade da alienação que Adorno e Horkheimer detectam no Esclarecimento não atinge apenas o relacionamento do homem com as coisas, mas ataca também o cerne das relações humanas, que passam a sofrer as conseqüências de um poder teórico e prático que não tem outro objetivo que estender e solidificar o predomínio humano sobre a natureza. Mas também a relação de cada indivíduo consigo mesmo fica prejudicada, o que é outro modo de mencionar os prejuízos no plano da psique aos quais estão submetidas as pessoas que vivem sob a égide do Esclarecimento. (DUARTE, 2004, p. 28)*

Ou seja, essa alienação não se restringe apenas ao campo epistemológico, mas atinge o campo ético, o das relações entre o humano consigo mesmo e com os outros. Não afeta apenas a natureza externa, porém age também na natureza interna humana. O homem se distancia da natureza ao querer dominá-la absolutamente, e pretende não ser parte dela, e sim outra coisa. Distancia-se, assim, de si mesmo.

Uma aproximação entre o mito e a racionalidade é o princípio da igualdade que habita tanto em uma quanto em outra. O mito, igualando ação e reação, afirmando a repetição dos acontecimentos, entre a sentença do oráculo e o destino do herói, pretende se identificar com a natureza repetitiva, e assim livrar os humanos de seus lastros, pois, quando estes acreditam conhecer as causas dos efeitos naturais, acreditam também que podem driblá-los. Se, na natureza, algo acontece sempre (um aspecto no céu indica chuva, determinada época do ano as flores desabrocham, em outra elas secam) e os humanos possuem a consciência dessa regularidade, então estes pretendem se livrar das determinações da natureza e escapar ao seu poder. Acreditam estar livres. O que já é e o que deve ser são igualados através da

[...] ratificação do destino que, pela retribuição, reproduz sem cessar o que já era. O que seria diferente é igualado (...) O xamã esconjura o perigo com a imagem do perigo. A igualdade é seu instrumento (...) A passagem do caos para a civilização, onde as condições naturais não mais exercem seu poder de maneira imediata, mas através da consciência dos homens, nada modificou o princípio de igualdade.  
(ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 23 – 27)

Esse princípio a racionalidade secular rejeitou como sendo apenas ilusão mágica. Porém, a submissão à lei (natural), à qual os humanos, obedecendo, acreditam estar livres, os prendem àquele ciclo que antes tinham determinado como ilusório. A igualdade, que pretende dispor a liberdade aos humanos, acontece também na racionalidade. “Mas quanto mais se desvanece a ilusão mágica, tanto mais inexoravelmente a repetição, sob o título da submissão à lei, prende o homem naquele ciclo que, objetualizado sob a forma de lei natural, parecia garanti-lo como um sujeito livre.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 23)

Entretanto, algumas interpretações da *Dialética do Esclarecimento* (como a de Habermas), que entendem a proximidade do mito com a ciência moderna e a consideram “uma espécie de esvaziamento obscurantista das potencialidades da racionalidade” (DUARTE, 2003, p. 44), em outras palavras, um irracionalismo, desconsideram a distinção enfática que Adorno e Horkheimer fazem entre ciência e mito. Vejamos primeiro as semelhanças e posteriormente as diferenças entre mitologia e ciência. Nunca esquecendo que, para Adorno e Horkheimer, o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter-se à mitologia.

## MITO E CIÊNCIA

A principal característica que Adorno e Horkheimer apresentam para ligar o conhecimento científico ao mito é o princípio da repetição, que configura tanto o mito quanto a ciência. No mito, tudo pode ser repetido, como o sacrifício, os cultos e orações. Tudo pode ser explicado e produzido através da repetição das ações, o resultado das intervenções mágicas devem ser sempre os mesmos. Na ciência isso também ocorre quando os experimentos são, *ad nauseam*, repetidos e apresentam o mesmo resultado. Isso corroboraria a verdade, tanto do mito quanto do experimento científico. “O princípio da imanência, a explicação de todo acontecer como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é o princípio do próprio mito.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 23)

Contudo, existem diferenças determinantes entre o mito e a ciência, e Adorno e Horkheimer os apontam enfaticamente. Se, no mito, havia o que os autores chamaram de **substitutividade específica**, na passagem para a ciência o conceito muda, e passa a ser o de **fungibilidade universal**.

A **substitutividade específica** possui um papel patente na mitologia, pois um fio de cabelo, um objeto pertencente ao inimigo, um boneco (como aqueles bonecos de vudu), servem como substitutos

da própria pessoa à qual fazem referência e o que acontece a esses objetos, afeta ao mesmo tempo a pessoa ao qual o ritual mágico se dirige. A substituição da pessoa por um animal sacrificial também representa esse conceito. “Mas a sacralidade do *hic et nunc*, a singularidade histórica do escolhido, que recai sobre o elemento substituto, distingue-o radicalmente, torna-o introcável na troca. É a isso que a ciência dá fim.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 22) A substitutividade específica se torna fungibilidade universal.

A **fungibilidade universal** desmonta a **substitutividade específica**. Não há o que substituir na ciência já que o que existem são exemplares descartáveis. Um átomo, por exemplo, não é desintegrado para substituir algo específico, e sim como um espécime de matéria, que existe em qualquer parte do mundo, de maneira igual, pois pertence a um mesmo gênero de coisas, assim como um rato branco de laboratório. Não importa se é, por exemplo, **O** rato, o importante é ser **um** rato qualquer. Nos rituais míticos e mágicos a ovelha servia de substituto específico para o humano, caracterizando uma relação *ad hoc* no ritual, e o sacrifício do animal visava à permanência da vida (por exemplo) do representado: na ciência isso não existe. Também a plurivocidade da feitiçaria mítica é substituída pela univocidade das proposições científicas, “a qual é apresentada como uma forma de reificação da consciência, já *que é uma restrição a formas alternativas de cognição imposta pela necessidade de sobrevivência física, de autoconservação*” (DUARTE, 2003, p. 44)

Apenas com o desenvolvimento técnico da ciência, a pretensão mítica, a saber, de dominação da natureza, pôde ser efetivada. Com a instrumentalização técnica, os meios para atingir aquele fim foram desenvolvidos e, por conseguinte, a dominação da natureza pôde se consolidar. O esclarecimento moderno realizou a proposta mítica. Passou-se da ilusão da dominação pela magia para o fato da dominação pela técnica.

Na sociedade atual, a linguagem também sofreu uma mudança drástica em relação à linguagem primitiva, ou seja, a linguagem científica em relação à mítica. É o que Adorno e Horkheimer vão caracterizar como uma espécie de “divisão do trabalho espiritual”. A linguagem nos tempos míticos não era tão especializada como é a linguagem moderna, científica. O desenvolvimento do esclarecimento, em sua forma unilateral, “bloqueou a plurivalência imagética e sonora da palavra, e ela se fragmentou em diversos aspectos particulares isolados entre si, dentre os quais seu significado literal, e nas diversas artes particulares (música, poesia, pintura, etc.)” (DUARTE, 2004, p. 30-31)

A especificidade técnica da linguagem moderna destruiu o que antes era (termo cunhado por Rodrigo Duarte), “um todo orgânico”, transformando cada palavra, cada conceito, em algo fechado em si mesmo, específico, determinado. Um indício claro da forma com que a consciência se reificou com o desenvolvimento unilateral do esclarecimento. A linguagem agora é restrita à área de domínio de cada disciplina específica. A ciência possui sua linguagem própria, e também a arte, a religião, a política, o mercado. Por exemplo, se utilizarmos a palavra força, e não especificarmos em qual disciplina a estamos empregando, a incompreensão se efetivará. Pode ser tanto a força de vontade, em um manual “fajuto”

de auto-ajuda, quanto a força eletromagnética em alguma obra de física. Até mesmo em uma mesma disciplina, com a linguagem absolutamente tecnicizada, como a física, os termos não significam a mesma coisa. Para dois físicos se entenderem, é necessário, utilizando o mesmo exemplo da palavra força, distinguir se a palavra está sendo empregada no sentido da física clássica, a newtoniana, ou na física relativista, sendo as duas incompatíveis conceitualmente.

Com a nítida separação da ciência e da poesia, a divisão de trabalho já efetuada com sua ajuda estende-se à linguagem. É enquanto signo que a palavra chega à ciência. Enquanto som, enquanto imagem, enquanto palavra propriamente dita, ela se vê dividida entre as diferentes artes, sem jamais deixar-se reconstituir através de sua adição, através da sinestesia ou da arte total. Enquanto signo, a linguagem deve resignar-se ao cálculo; para conhecer a natureza, deve renunciar à pretensão de ser semelhante a ela. Enquanto imagem, deve resignar-se à cópia; para ser totalmente natureza, deve renunciar à pretensão de conhecê-la. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 27)

Essa constante especialização da linguagem nos revela, de forma preponderante, a cisão entre a arte e a ciência. A ciência, seguindo as determinações da autoconservação (que era a proposta mítica), adquire um papel de absoluta importância e utilidade. Em contrapartida, a arte é deixada para segundo plano, devido a sua aparente inutilidade (para a autoconservação). O belo seria perigoso, pois “subverte o domínio que a sobrevivência material deve ter, sob o ponto de vista da civilização, sobre o prazer e a fruição.” (DUARTE, 2004, p. 31-32)

Vimos então que o conceito de esclarecimento empregado por Adorno e Horkheimer se diferencia muito em relação ao conceito que vimos em Kant. Enquanto que em Adorno e Horkheimer, o esclarecimento é um processo bastante abrangente, possui sua gênese, seu ponto de partida, no mito, em Kant, o Esclarecimento é identificado à uma época (século XVIII), e esta época (esclarecida) seria um signo de que o homem encaminha em direção ao progresso. Para os autores da *Dialética*, a época do *Aufklärung* seria apenas um momento de autoconsciência do esclarecimento, e não ele em sua forma já delineada, e tampouco progressiva.

Em Adorno e Horkheimer não vemos um progresso do esclarecimento. Como expusemos acima, o esclarecimento se desenvolveu de maneira unilateral (na sociedade ocidental) a partir da instrumentalização da racionalidade, seguindo sempre a pretensão mítica de dominação da natureza, mas, mesmo o mito, nunca conseguiu ele próprio se desprender do nexo da própria racionalidade. “Tal conhecimento, oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais, se corporificou no conceito moderno de 'técnica', que não tem como objetivo a felicidade do gênero humano, mas apenas uma precisão metodológica que potencialize o domínio sobre a natureza.” (DUARTE, 2004, p. 27) Em última instância, não há progresso do esclarecimento ocidental (tal como ele se desenvolveu), há apenas transmutações e nisso o momento histórico, político e social desempenham um papel decisivo.

O mito já contém certo elemento esclarecedor .e por conseguinte, o esclarecimento acaba se revertendo em mito. Seu movimento é paradoxal, é dialético. Em vez de emancipar a raça humana, o esclarecimento minou esse potencial, segundo os filósofos alemães. A constante matematização do mundo, a redução da multiplicidade da natureza à unidade do pensamento, a constatação lógico-formal dos acontecimentos, a abstração de tudo através do número na sociedade moderna apenas faz recair o esclarecimento em uma mitologia, em uma irracional barbárie que caracteriza a catástrofe, segundo Adorno e Horkheimer, da sociedade atual. Em vez de o esclarecimento proporcionar uma vida melhor para os humanos, de livrá-los do medo e da impotência perante a natureza, estes se encontram presos a essa racionalidade, e ainda com medo, pois o desenvolvimento técnico irreflexivo proporcionou um perigo muito maior do que a natureza alguma vez já mostrou.

Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar. Pois, em suas figuras, a mitologia refletira a essência da ordem existente – o processo cíclico, o destino, a dominação do mundo – como a verdade e abdicara a esperança. Na pregnância da imagem mítica, bem como na clareza da fórmula científica, a eternidade do factual se vê confirmada e a mera existência expressa como o sentido que ela obstrui. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 34)

Ambos, esclarecimento e mito, mantêm-se presos à verdade do factual, imediatamente apresentado por suas fórmulas.

O homem desiste de buscar um sentido para a sua vida e tenta apenas consolidar o seu poder sobre a natureza. Na idade média, a busca pela salvação da alma, de um sentido para a vida humana se dá pela discussão infundável dos textos sagrados, porém, na passagem para o mundo moderno, ocorreria um deslocamento, segundo os autores. Não mais a busca por sentido, mas sim por um conhecimento que possibilite uma dominação cada vez mais potente da natureza, como pudemos ver com a filosofia de Francis Bacon.<sup>75</sup> Foi assim que o esclarecimento firmou o seu poder e se desenvolveu unilateralmente, desde o mito primitivo até a racionalidade técnica burguesa, e o que seria o triunfo da realidade factual contra a ilusão mágica, acaba se igualando àquilo que sempre quis destruir.

Da barbárie, advém a cultura, e esta, por sua vez, volta à barbárie. Todo aquele potencial que a ciência moderna possui (os autores concordam com essa visão) é utilizado, não em vista da felicidade e da “vida correta” da humanidade, e sim contra ela. O holocausto e as bombas atômicas demonstram a eficácia da racionalidade técnica utilizada em vista da mais cruel barbárie, isso sem contarmos os conflitos que continuaram (e continuam) mantando depois da Segunda Guerra Mundial. Durante o holocausto a fábrica de mortos funcionava de maneira otimizada, produzindo mais mortos em um tempo cada vez menor. O esclarecimento funciona da mesma forma nos campos de batalha e nas fábricas. Eis a dialética

---

75 Essa ideia encontra-se, antecipadamente, em um dos primeiros escritos de Horkheimer, intitulado “*Origem da filosofia burguesa da história*”.

do esclarecimento, que compreende a convivência simultânea dos opostos e afirma que as coisas não são somente aquilo que elas querem parecer ser. As luzes também provocam sombras.

A subsunção do factual, seja sob a pré-história lendária, mítica, seja sob o formalismo matemático, o formalismo simbólico do presente ao evento mítico no rito ou à categoria abstrata na ciência, faz com que o novo apareça como algo predeterminado, que é assim na verdade o antigo. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 35)

## AS SOMBRAS DAS LUZES (CRÍTICA AO ESCLARECIMENTO KANTIANO)

58

Para explicitarmos como Adorno e Horkheimer demonstram, através do conceito de esclarecimento de Kant (aquele apoiado unicamente na razão), a contradição entre esclarecimento e moral, utilizaremos apenas o exemplo de Juliette (personagem de Sade), que está no segundo excurso do livro, chamado “Juliette ou Esclarecimento e Moral”. Apesar de reconhecerem que Kant é bem intencionado, para Adorno e Horkheimer, seu projeto moral se torna irrealizável. Adorno e Horkheimer explicam primeiramente a teoria do conhecimento de Kant, para demonstrar como os efeitos dessa teoria acabam levando a cabo a impossibilidade de sua filosofia moral, teorias estas que estão intrinsecamente ligadas.

Kant nos diz que o esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade tutelar. Essa saída é possível através da direção do entendimento pela razão. “Isso significa simplesmente que, graças a sua própria coerência, ele reúne em um sistema os diversos conhecimentos isolados.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 71)

Os pensamentos devem ser orientados para um sistema, é essa a concepção kantiana em relação ao conhecimento. A razão deve ser formalizada e sistêmica. “Um pensamento que não se oriente para o sistema é sem direção ou autoritário.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 71) A razão, como diz Kant, tem o poder de derivar o particular do universal, e a homogeneidade entre essas duas instâncias é possível através do “esquematismo do entendimento puro”. Esse esquematismo opera a síntese dos conceitos a priori (ou categorias) do entendimento com os dados apreendidos pelas intuições sensíveis a partir de suas formas puras, tempo e espaço. É através dessa síntese entre categorias e intuições, entre aquilo que é da ordem do entendimento e aquilo que é da ordem da sensibilidade, que o conhecimento é possível, e os objetos do mundo (e o mundo) são construídos com a ajuda da atividade cognitiva do sujeito e, sem isso, “nenhuma impressão se ajustaria ao conceito, nenhuma categoria ao exemplar, e muito menos o pensamento teria qualquer unidade, para não falar da unidade do sistema, para a qual porém tudo está dirigido. Produzir essa unidade é tarefa consciente da ciência.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 72)

Esse sistema deve ser harmônico com o factual, com a natureza, com a vida prática. O conhecimento, através da razão sistemática, formalizada e rigorosa, deve guiar o homem na práxis. A

inadequação do sistema aos fatos pode causar uma discrepância nas relações humanas com o mundo objetivo.

Adorno e Horkheimer identificam que essa constante formalização da razão, do esclarecimento, que Kant tinha em mente, não leva os homens em direção ao saber moral, ao dever ser. Consequência dessa sistematização seria, por exemplo, o empresário que visa absolutamente o lucro e o labor otimizado e técnico, realizaria aquilo que a razão pura da burguesia determina inexoravelmente. O mundo administrado prescreve logicamente quais ações devem ser efetuadas para obter os fins que (racionalmente) visa. “O sistema visado pelo esclarecimento é a forma de conhecimento que lida melhor com os fatos e mais eficazmente apóia o sujeito na dominação da natureza. Seus princípios são o da autoconservação. A menoridade revela-se como a incapacidade de se conservar a si mesmo. O burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador é o sujeito lógico do esclarecimento.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 72)

Para Kant, os homens são sujeitos éticos, porque são sujeitos racionais. A lei moral é uma lei racional e, portanto, dentro da formalidade do sistema. Então, a ética kantiana é formal e não material. Não prescreve nada de determinado quanto às ações, mas quanto à forma das ações.

A personagem Juliette, do Marques de Sade, seguindo esses pressupostos, seria uma das mais autênticas mentes esclarecidas da burguesia moderna. Ela “tira as consequências que a burguesia queria evitar: ela amaldiçoa o catolicismo, no qual vê a mitologia mais recente, e, com ele, a civilização em geral.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 81) Com um formalismo lógico e sistemático, Juliette realiza o que o esclarecimento se propõe a fazer: ataca a ilusão mítica. Basear-se unicamente na razão para obter uma ação moral é o oposto de se basear nos sentimentos. Estes não devem guiar as ações e sim a razão esclarecida. Juliette

[...] ama o sistema e a coerência, e maneja excelentemente o órgão do pensamento racional. No que concerne ao autodomínio, suas instruções estão para as de Kant, às vezes, assim como a aplicação especial está para o princípio. “A virtude”, diz Kant, “na medida em que está fundada na liberdade interior, também contém para os homens um mandamento afirmativo, que é o de submeter todos os seus poderes e inclinações ao seu poder (da razão), por conseguinte o mandamento do domínio de si mesmo, que se acrescenta à proibição de deixar-se dominar por suas emoções e inclinações (o dever da apatia): porque, se a razão não toma em mãos a rédeas do governo, aquelas agem sobre os homens como se fossem seus amos.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 81)

Adorno e Horkheimer levam às últimas consequências aquele projeto que Kant tinha em mente, a saber, sobre a autonomia e o dever moral racional do sujeito. Juliette então seria o modelo de pessoa esclarecida, que a sociedade burguesa construiu. A racionalidade formalizada e sistematizada é a arma de Juliette para justificar suas orgias, suas práticas sexuais imorais, sua devassidão e sua blasfêmia, e essas ações seriam derivadas logicamente, através dessa racionalidade adquirida. Juliette utiliza os pressupostos da sociedade burguesa, para tirar consequências que outros cidadãos não tirariam, mas ao fazer isso, contradiz o próprio conceito de moralidade que Kant, e a sociedade burguesa, determinam. Portanto,

quando Juliette pratica os atos sexuais mais desaprovados pela sociedade cristã burguesa, está superando aquilo que para ela são apenas tabus morais fundados sobre a superstição mítica e irracional. O ataque a esses tabus só pode ser feito pela mente racional e esclarecida da qual ela é um exemplar autêntico.

O credo de Juliette é a ciência. Ela abomina toda veneração cuja racionalidade não possa se demonstrar: a fé em Deus e em seu filho morto, a obediência aos dez mandamentos, a superioridade do bem sobre o mal, da salvação sobre o pecado. Ela se vê atraída pelas reações proscritas pelas lendas da civilização. Ela opera com a semântica e a sintaxe lógica como o mais moderno positivismo, mas diferente desse empregado da mais nova administração, ela não dirige sua crítica lingüística de preferência contra o pensamento e a filosofia, mas, filha que é do esclarecimento militante, contra a religião. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 82)

Se devemos nos guiar unicamente pela razão, e os sentimentos devem se submeter à ela, a lei moral, por exemplo, não pode ser guiada pela bondade e compaixão. Adorno e Horkheimer constataam isso, inclusive em Kant, quando para este a compaixão seria apenas “‘uma certa sentimentalidade’ e não teria ‘em si a dignidade da virtude’” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 86), e das consequências disso Juliette se aproveita muito bem.

Dentro desse espírito desmistificador daquilo que está apenas latente nos fundamentos da moralidade burguesa, os autores apontam para a proximidade entre Sade e Nietzsche no que tange à crítica da compaixão. Para ambos, não haveria nada que determinasse, a partir da mera racionalidade formal, a necessidade de se solidarizar com os que sofrem, sendo essa atitude cristã um mero paliativo para os drásticos efeitos do emprego da razão levado às últimas consequências. (DUARTE, 2004, p. 37)

## PALAVRAS FINAIS

Abordei aqui, de maneira geral, a crítica que Adorno e Horkheimer fazem ao conceito de esclarecimento kantiano e como esse esclarecimento, se levado às últimas consequências, acaba indo na contramão de uma tentativa de elaborar uma moral capaz de se sustentar através de uma razão totalmente formalizada e pragmática. Razão essa que foi reforçada depois do avanço das teorias positivistas modernas. Apesar de parecer de um tom um pouco moralista, o que os filósofos alemães querem mostrar é que uma moralidade fundamentada na razão pura, essa razão instrumental que eles mostraram ter se desenvolvido ao longo do tempo no ocidente desde suas raízes míticas, por virtude de seu rigor e sua sistematicidade, se torna impossível de se realizar. A moralidade kantiana fundada no formalismo da razão instrumental, segundo Adorno e Horkheimer, estaria de acordo, inclusive, com práticas que o próprio Kant condena, o que contraditória toda a moralidade formal proposta. A consequência é que ele deveria aceitar as práticas, formalmente fundadas, que ele mesmo condena.

Sob esse aspecto, escritores como o Marquês de Sade, apesar de denegridos pela burguesia, seriam apenas seus arautos mais autênticos, i.e., tirariam consequências de alguns dos pressupostos da sociedade moderna que ninguém mais teria coragem de tirar. A principal delas é que, se o conhecimento de tipo científico, aplicável enquanto tecnologia a objetos econômicos

imediatos, foi erigido como norma fundamental da civilização europeia, então todas as crenças religiosas são não apenas supérfluas, mas pura superstição, que deve ser combatida com unhas e dentes. (DUARTE, 2004, p. 36)

Claro que a interpretação proposta pelos autores é muito particular e, inclusive, descuidada em muitos aspectos com relação ao que o próprio Kant propõe. Contudo, o que fica patente é uma crítica muito mais radical à racionalização instrumental da sociedade ocidental moderna, herdeira de uma crença radical no poder da razão, do que à própria moralidade kantiana. Antes de ser uma exegese da obra de Kant, o que fazem é uma exegese da sociedade burguesa contemporânea, herdeira de suas categorias e conceitos fundamentais.

Muitos aspectos da obra foram por mim deixados de lado, contudo, acredito ser suficiente a exposição na medida em que contribui para o entendimento mais preciso do resto do livro dos frankfurtianos, *Dialética do Esclarecimento*, a saber, as partes sobre a indústria cultural (esclarecimento como mistificação) e os elementos do anti-semitismo (os limites do esclarecimento), que são formas desse esclarecimento unilateral desenvolvidas pela razão instrumental no ocidente. Sem esse fundamento conceitual sobre o esclarecimento, o livro dos filósofos alemães e as problematizações posteriores tornam-se impossíveis de se compreender.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Adorno/Horkheimer & A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004
- HERÁCLITO. *Fragments* in *Os pré-socráticos*. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias* (primeira parte). Tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1996.
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é o iluminismo?* in *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.
- LEBRUN, G. *A Filosofia e sua História*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- TERRA, R. *A Política Tensa. Ideia e Realidade na Filosofia da História de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- XENÓFANES. *Fragments* in *Os pré-socráticos*. Tradução de Wilson Régis. São Paulo: Abril cultural, 1973.